

CHEGA EXIGE PEDIDO DE DESCULPA

PRESIDENTE ANGOLANO CHAMA PORTUGUESES DE **ESCLAVAGISTAS**

ATUALIDADE PAG.02



GRANDE PLANO PAG.03

**PAULO PEDROSO
VOLTA AOS NEGÓCIOS
COM O ESTADO**



REPORTAGEM PAG.07

**HUNGRIA PAGA UM MILHÃO
DE EUROS POR DIA POR
RECUSAR IMIGRANTES**



© FOLHA NACIONAL

CHEGA EXIGE PEDIDO DE DESCULPA

PRESIDENTE ANGOLANO CHAMA PORTUGUESES DE ESCLAVAGISTAS

As celebrações dos 50 anos da independência de Angola acabaram em faísca diplomática. João Lourenço chamou os portugueses de “esclavagistas e exploradores” e Marcelo ficou calado na primeira fila. Ventura não perdoou: exige um pedido de desculpa “ao povo português” e acusa o Presidente da República de assistir “a uma humilhação em silêncio”.

FONTE FOLHA NACIONAL

As comemorações dos 50 anos da independência de Angola transformaram-se num novo foco de tensão diplomática entre Lisboa e Luanda. Num discurso marcado por críticas à herança colonial, o Presidente de Angola, João Lourenço, classificou o passado português no país africano como “uma era de exploração e escravidão que destruiu a dignidade do povo angolano”. As palavras geraram forte polémica em Portugal e levaram o líder do CHEGA, André Ventura, a exigir um pedido formal de desculpa “ao povo português”. Durante a cerimónia oficial, em Luanda, João Lourenço afirmou que Angola “não esquece os séculos de humilhação e de exploração” sob domínio português, sublinhando que “o colonialismo europeu deixou marcas profundas que ainda hoje se fazem sentir”. O chefe de Estado angolano acrescentou ainda que o seu país “ergueu-se das cinzas da opressão” e “construiu com sangue e sacrifício a liberdade que hoje celebra”. O tom do discurso, amplamente

divulgado pela imprensa angolana, foi interpretado em Lisboa como uma afronta direta a Portugal. Nas redes sociais, multiplicaram-se críticas à ausência de reação imediata por parte do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que estava presente nas comemorações. O CHEGA foi o primeiro partido a reagir. Em declarações aos jornalistas no Parlamento, André Ventura classificou as palavras de João Lourenço como “uma ofensa inaceitável à história e ao povo português” e anunciou que o partido irá propor no Parlamento “um voto de condenação ao Presidente de Angola e também a Marcelo Rebelo de Sousa, por ter assistido calado a uma humilhação de Portugal em solo estrangeiro”. “Portugal não tem de pedir desculpa por ter levado a língua, a fé e a cultura a meio



Portugal não tem de pedir desculpa por ter levado a língua, a fé e a cultura a meio mundo. O que o Presidente de Angola fez foi cuspir na mão de um país que o ajudou a libertar-se e a reconstruir-se”

Portugal não tem de pedir desculpa por ter levado a língua, a fé e a cultura a meio mundo. O que o Presidente de Angola fez foi cuspir na mão de um país que o ajudou a libertar-se e a reconstruir-se”, afirmou Ventura, exigindo que “o Governo português convoque o embaixador angolano para dar explicações imediatas”.

“Foi uma vergonha e uma humilhação para Portugal. O Presidente Marcelo devia ter virado as costas e dito claramente que não aceitamos ser humilhados”, acrescentou o líder da oposição. O Presidente do CHEGA sublinhou que “a causa do atraso de Angola não é o colo-

nialismo português, mas a corrupção do MPLA, que continua a empobrecer o povo e a enriquecer as elites”. Acrescentou ainda que “Portugal orgulha-se da sua história e dos seus antepassados, que lutaram e morreram pelo país”, rejeitando qualquer “pedido de desculpa pelo passado”.

Ventura considerou ainda “chocante” o silêncio de António Costa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acusando o Executivo de “servilismo diplomático” perante Angola. “O que ouvimos foi um ataque direto à dignidade nacional. Quando um Presidente estrangeiro chama os portugueses de escravagistas e exploradores, o mínimo que se exige é um protesto firme do Estado português”, frisou.

O discurso de João Lourenço, feito diante de vários líderes africanos e representantes internacionais, destacou também o papel de Angola no apoio à luta contra o ‘apartheid’ e na libertação de outros países africanos, mas as referências ao passado colonial português acabaram por eclipsar o tom da cerimónia. Do lado do Governo português, a reação foi prudente. O Ministério dos Negócios Estrangeiros sublinhou, em nota enviada ao Expresso, que “Portugal e Angola têm uma relação sólida, construída no respeito mútuo e na cooperação”, evitando comentar as declarações do Presidente angolano. Já Marcelo Rebelo de Sousa, questionado à saída do evento, limitou-se a afirmar que “cada país tem a sua leitura da História”. Para Ventura, essa “neutralidade envergonhada” é mais um sinal de fraqueza

política. “A esquerda portuguesa continua refém de uma visão culpabilizadora da nossa história. É por isso que Portugal já não se impõe no mundo como devia”, criticou. O líder do CHEGA prometeu que, se for eleito Presidente da República, “não permitirá que nenhum chefe de Estado insulte o povo português sem resposta imediata”.

Entre académicos e comentadores, o discurso de João Lourenço foi visto como um reflexo de uma nova afirmação nacionalista em Angola, num momento em que o regime procura fortalecer o orgulho identitário interno e reduzir a dependência económica de Portugal. No entanto, a dureza das palavras e o contexto das celebrações — com a presença de autoridades portuguesas — foram considerados “politicamente desnecessários e diplomaticamente imprudentes”.

A polémica promete marcar a agenda política nos próximos dias. O CHEGA anunciou que vai requerer a audição parlamentar urgente do ministro dos Negócios Estrangeiros e apresentar um voto formal de protesto. “Portugal não pode ser humilhado e depois fingir que nada aconteceu. Temos de defender o nosso nome, a nossa história e o nosso povo”, declarou André Ventura.

EDITORIAL “

BBC A MARCA DA NEW WAVE



NUNO VALENTE
DIRETOR DO FN

O mundo está a mudar, e o povo soberano da Europa, dos EUA e da Argentina vai dando sinais de estar farto de anos de doutrinação à esquerda e dos conceitos woke, que desde a década de 20 do século passado, certos arautos do globalismo nos tentam impor. Foi um século em que estes globalistas lançaram as bases para o pensamento único, na luta contra a família e contra a tradição judaico-cristã, primeiro com as teorias das lutas de classes e com o comunismo, depois com o capitalismo consumista, que centra as pessoas no consumo e no individualismo. Segue-se a terceira vaga com a imigração maciça, dos choques culturais e das teorias da substituição. Juntam-se também as teorias da ideologia de género, mais uma vez dividindo e doutrinando as nossas crianças e jovens, promovendo sempre a separação, entre eles, os arautos da moralidade woke, e os outros que os combatem, que ao longo da história tiveram muitos nomes e muitos adjetivos, hoje os mais conhecidos são: populistas, extrema-direita, direita radical, negacionistas... E os media tradicionais (jornais, revistas e televisão) têm sido os braços armados destes globalistas do pensamento único, que ao longo de um século dominam a narrativa e têm adormecido os povos, e combatido todos aqueles que têm tido um pensamento crítico. Esta tem sido a história de todo o século XX e início deste século XXI, mas os movimentos conservadores, tanto nos EUA como na Europa, têm furado esta narrativa dos media tradicionais através das redes sociais, fazendo passar uma nova mensagem, e a acordar muita gente. Gente que hoje tem a coragem de votar em partidos como o CHEGA, por estarem fartos de um sistema de voz única que vai adormecendo o povo há muito tempo, tempo demais. O escândalo que rebentou na BBC, que levou à demissão de vários diretores, nomeadamente por adulteração de uma entrevista de Donald Trump, assim como a imposição de uma agenda pró-movimentos LGBT/Woke, ou mesmo pró-Hamas contra Israel, foi mais uma prova desta agenda que impera. Este tem sido o 'modus operandi' também em Portugal, e o alvo tem sido sempre o mesmo, o CHEGA. Mas o povo aos poucos está a acordar!



© DR

46 MIL EUROS POR DOIS MESES DE TRABALHO

PEDROSO VOLTA AOS NEGÓCIOS COM O ESTADO

Instituto público tutelado pelos Negócios Estrangeiros entregou um contrato relâmpago de 46 mil euros à empresa de Paulo Pedroso.

FONTE FOLHA NACIONAL

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, adjudicou um contrato de 46.221,24 euros — valor que ultrapassa os 54 mil com IVA — à empresa do ex-ministro socialista Paulo Pedroso. O acordo, com a duração de apenas 60 dias, foi publicado no Portal BASE a 31 de outubro e destina-se à elaboração de um “referencial estratégico” sobre a cooperação portuguesa no setor da educação em Timor-Leste. A adjudicação, feita por consulta prévia, contou com a participação da Universidade do Porto e da Cesio CI Internacional, S.A., mas acabou por ser entregue à Paulo Pedroso – Consultoria Unipessoal, Lda., criada em 2020. O Camões justificou a decisão com o “preço mais baixo”, mas o caso está a levantar críticas de alegado favorecimento político, uma vez que envolve um antigo membro de um governo do Partido Socialista. Segundo apurou o Correio da Manhã, Paulo Pedroso irá coordenar uma equipa de três pessoas que se deslocará a Timor-Leste

durante duas semanas para identificar necessidades e propor modelos de governação aplicáveis ao sistema educativo timorense. O relatório final deverá ser entregue até 24 de dezembro. O ex-ministro afirmou ao mesmo jornal que o processo “foi público e transparente” e defendeu o valor do contrato “pelos custos associados às deslocações e estadias” no território timorense, acrescentando que “se trata de um trabalho técnico, com resultados concretos e úteis para a política externa portuguesa”.

“Trata-se sim de um exemplo do compadrio e da promiscuidade entre o Estado e ex-governantes socialistas”, afirmou André Ventura, Presidente do CHEGA, sublinhando que “é vergonhoso que um ex-ministro receba mais de 50 mil euros por dois meses de trabalho pagos com o dinheiro dos contribuintes”. “Isto é o retrato de um país onde a política se confunde com negócio e onde as instituições públicas

continuam a servir de plataforma para os mesmos de sempre”, acrescentou. No caso concreto do Camões, trata-se de um organismo com um orçamento anual superior a 150 milhões de euros, responsável pela coordenação da política de cooperação portuguesa e pela promoção da língua e da cultura no estrangeiro. A instituição tem sido alvo de várias críticas por alegada opacidade na distribuição de contratos, especialmente em países lusófonos onde a presença de Portugal continua a ser relevante, como

Angola, Moçambique e Timor-Leste. Com este novo contrato, o nome de Paulo Pedroso volta a estar no centro das atenções políticas. Esta não é a primeira vez que o ex-ministro é contratado por entidades públicas: nos últimos anos, a empresa Paulo Pedroso – Consultoria Lda. já foi responsável por estudos para a Fundação Calouste Gulbenkian e para organismos ligados à OCDE.

Isto é o retrato de um país onde a política se confunde com negócio e onde as instituições públicas continuam a servir de plataforma para os mesmos de sempre”



© FOLHA NACIONAL

“SINTRA É O PRIMEIRO PASSO PARA PROVAR QUE O CHEGA SABE GOVERNAR”

As linhas vermelhas ao CHEGA são forcas políticas.” A afirmação é de Rita Matias, vereadora em Sintra e uma das principais figuras do partido. Para a autarca, o acordo com o PSD marca “o fim do bipartidarismo” e abre caminho a “um novo ciclo de responsabilidade e de governação à direita”. Rita Matias garante que o CHEGA entrou no executivo com mérito e transparência, promete uma gestão “moderna, eficaz e próxima das pessoas” e assegura que o partido “está pronto para governar Portugal”.

Como nasceu este entendimento entre o PSD e o CHEGA em Sintra? Foi uma aproximação natural ou uma necessidade política para garantir estabilidade governativa?

Nas últimas eleições autárquicas, o CHEGA alcançou um resultado histórico em Sintra: 23% dos votos, 38 mil eleitores, três vereadores e cerca de 70 eleitos nas freguesias. Foi a confirmação de que o Partido está consolidado no concelho. Depois de 12 anos de governação socialista, Sintra virou à direita. A coligação liderada pelo PSD obteve quatro vereadores e o CHEGA três — e os resultados foram claros: os sintrenses deram um cartão vermelho ao PS e exigiram diálogo à direita. O então candidato Marco Almeida sempre afirmou que não colocaria “linhas vermelhas” ao CHEGA, e cumpriu. O diálogo foi constante e leal, sempre com o objetivo de garantir estabilidade política durante quatro anos. O CHEGA impôs condições: que nenhum socialista integrasse a equação, que as funções municipais fossem atribuídas com base no mérito e no currículo e que as bandeiras centrais do Partido — combate à corrupção, controlo da imigração, fiscalização da habitação social e apoio às forças de segurança —

fossem refletidas no orçamento municipal.

A entrada do CHEGA no executivo municipal é inédita no país. Sente que Sintra está a tornar-se um laboratório político de novas alianças à direita?

Absolutamente. O acordo em Sintra é o passo que faltava para quebrar o bipartidarismo. Na Ciência Política, fala-se do fim desse ciclo quando novas forças entram efetivamente no arco da governação. Sintra é uma experiência política inédita que demonstra a coerência, a exigência e a capacidade de execução do CHEGA. Até agora, o Partido era reconhecido pelo papel de fiscalização e oposição. Agora terá de provar a sua capacidade de governar e entregar resultados. E Sintra, sendo o segundo maior concelho do país, é o palco ideal para o demonstrar. Para o PSD e para a direita, este acordo também é um teste: perceberam que as “linhas vermelhas” ao CHEGA são amarras políticas. Quando o objetivo é derrotar o socialismo, ignorar o CHEGA é um erro estratégico e uma miopia política.

O CHEGA vai assumir duas pastas relevantes — Segurança e Atividades

Económicas. Como foi feita essa distribuição? Foi uma negociação difícil?

Não. As negociações foram claras e objetivas. O CHEGA não se ofereceu para governar — fomos contactados pela coligação vencedora, e as pastas da Segurança e das Atividades Económicas foram sugeridas desde o início. Aceitámos com base em dois princípios: responsabilidade e mérito. Queremos governar sem perder a nossa identidade política. Por isso, inscrevemos medidas concretas nas áreas-chave, como a transparência na habitação social, o reforço da videovigilância e a simplificação de processos económicos. O acordo não nos demite do dever de fiscalizar o executivo. Vamos colaborar com estabilidade, mas sem abdicar da independência e dos valores fundacionais do Partido.

Marco Almeida afirmou ter encontrado no CHEGA “total disponibilidade para colaborar”. Essa confiança é recíproca?

Sim. A base dessa confiança é o trabalho. Marco Almeida reconheceu no CHEGA perfis competentes e empenhados, e nós reconhecemos nele a vontade de transformar Sintra. A colaboração assenta na

seriedade e na reciprocidade. O CHEGA é um Partido de palavra, e vai honrar o compromisso assumido. A nossa fidelidade é, acima de tudo, para com o povo de Sintra, é esse o nosso primeiro e maior compromisso.

Em matéria de Segurança, que medidas concretas pretendem implementar?

Sintra é um concelho com 25% de população imigrante, com problemas de insegurança, violência doméstica e delinquência juvenil. É inaceitável que haja esquadras da PSP com apenas uma viatura operacional ou postos da GNR degradados e sem meios. Queremos reforçar o número de agentes da Polícia Municipal, modernizar os equipamentos e investir em videovigilância funcional, não apenas no papel. Também queremos atuar na fiscalização económica, especialmente nas novas lojas e mercearias que se multiplicam sem controlo e alteram o comércio local. A segurança é a condição essencial da liberdade, e o CHEGA vai tratar esse tema com prioridade máxima.

O CHEGA vai liderar também as Atividades Económicas e Fundos Comunitários. O que muda na estratégia económica do município?

Sintra perdeu tempo e oportunidades. Durante anos, entidades e associações que podiam beneficiar de fundos comunitários ficaram de fora por falta de apoio técnico. Queremos criar gabinetes especializados para apoiar candidaturas, garantir transparência total nos processos e centralizar informação em portais públicos acessíveis. A nossa gestão será marcada pela modernização e pelo uso inteligente da tecnologia e da inteligência artificial. Sintra tem tudo para se tornar um concelho-modelo em transparência e eficiência, e é isso que o CHEGA quer provar.

Que mensagem deixa aos sintrenses que receiam esta aliança?

Compreendo a preocupação. Durante décadas, muitas alianças serviram apenas para preservar o sistema. Esta é diferente. O CHEGA nasceu do inconformismo de quem se cansou de ver concelhos como Sintra tratados como periferias e cidadãos de primeira a viver como de segunda. Garantimos que não esquecemos de onde viemos. A política é a arte do possível, e não há mudança sem estar nos lugares de decisão. Estamos aqui para fazer a diferença, mas com a mesma liberdade com que entramos, sairemos se a seriedade e a coerência se perderem.

O que quer que fique na história deste mandato conjunto: a estabilidade, a inovação política ou a coragem de governar com quem pensa diferente?

Queremos que Sintra se torne mais segura, mais dinâmica e mais próspera. Se daqui a quatro anos o concelho estiver melhor, provar-se-á que o CHEGA tem quadros e capacidade para governar. O nosso objetivo é simples: servir Sintra e servir Portugal. Que o país olhe para este exemplo e perceba que governar com coragem é possível, mesmo quando se pensa diferente.

OPINIÃO “

PORTA DE ENTRADA
MIGRATÓRIA

**TIAGO
MOREIRA DE SÁ**
EURODEPUTADO

O caso dos marroquinos que chegaram de barco a Portugal, foram acolhidos, instalados e apoiados com recursos públicos, e depois simplesmente desapareceram, expõe, de forma exemplar, a irracionalidade das nossas políticas migratórias. O sistema, concebido para proteger quem foge genuinamente da perseguição, converteu-se num convite à imigração ilegal e ao abuso. A União Europeia está refém de interpretações jurídicas que, em nome de um garantismo irrealista, paralisam o cumprimento da lei e esvaziam a autoridade das decisões de retorno. O efeito suspensivo automático concedido a qualquer pedido de asilo, mesmo aos manifestamente infundados, impede expulsões e gera incentivos perversos. Uns aguardam indefinidamente em centros de acolhimento, outros desaparecem sem deixar rasto. Perante a repetição crescente de casos como este, submeti uma pergunta à Comissão Europeia, apelando para que reconheça que esta distorção mina fatalmente a credibilidade do sistema e que o artigo 46 da Diretiva 2013/32/UE precisa de revisão. A proteção dos verdadeiros refugiados exige ordem e responsabilidade. Sem elas, nenhuma hospitalidade é verdadeiramente possível.

‘TACHINHO’ LIBERAL

COMPANHEIRO DE
VEREADORA DA IL
É LÍDER DOS SMAS

FONTE FOLHA NACIONAL

O presidente da Câmara Municipal de Sintra, Marco Almeida, nomeou Rui Caetano, companheiro da vereadora Eunice Baeta (eleita pela Iniciativa Liberal), para o cargo de presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS). Rui Caetano e Eunice Baeta mantêm uma relação amorosa há oito anos. Em resposta escrita ao jornal, a Câmara de Sintra garantiu que “a lei foi integralmente respeitada”, justificando a nomeação com o “currículo e experiência profissional” do novo responsável, avança o Correio da Manhã.

CHEGA QUER FIM DAS PORTAGENS MAS ...

SARMENTO OPÕE-SE A
QUALQUER ELIMINAÇÃO

FONTE FOLHA NACIONAL

O CHEGA defendeu a eliminação das portagens nas autoestradas, apresentando a proposta durante a discussão do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026). A iniciativa do partido liderado por André Ventura pretende aliviar os custos das famílias e das empresas, especialmente nas regiões do interior, argumentando que as portagens “penalizam a mobilidade, o investimento e o desenvolvimento económico”. Contudo, o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento, manifestou-se frontalmente contra a abolição das portagens, sublinhando que a medida teria um impacto

significativo nas contas públicas. “O princípio do utilizador-pagador deve ser seguido”, afirmou o ministro durante a audição parlamentar no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado. “Estas infraestruturas têm contratos de parceria público-privada com encargos elevados para o Estado e custos de manutenção significativos”, acrescentou. Miranda Sarmiento alertou ainda que qualquer decisão sobre as portagens será tomada no Parlamento, no debate das propostas de alteração ao Orçamento, e que dela dependerá o equilíbrio das contas públicas em 2026.



© FOLHA NACIONAL

SOCIALISTAS ‘PATROCINAM’ VIOLÊNCIA EM ESPANHA

IMIGRANTES AFRICANOS
ESPANCAM LOCAIS

FONTE FOLHA NACIONAL

Um grupo de imigrantes africanos, alojados pela Cruz Vermelha em hotéis da Costa Brava ao abrigo de um programa de emergência apoiado pelo Partido dos Socialistas da Catalunha (PSC), esteve envolvido em confrontos com moradores na cidade de Calella, no norte de Espanha. O episódio ocorreu no início de dezembro de 2024 e gerou protestos e preocupação entre os residentes locais. Segundo informações divulgadas pela Catalunya Ràdio e pelo jornal espanhol La Gaceta, o alojamento de dezenas de migrantes nos hotéis Terramar e Garbí foi decidido de forma súbita, sem aviso prévio ao

município. O presidente da câmara de Calella, Marc Buch, lamentou o impacto da medida, explicando que “a chegada inesperada de pessoas em situação vulnerável aumentou a pressão sobre o sistema de saúde e os serviços sociais”. Calella, cidade com cerca de 20 mil habitantes, acolheu o grupo no âmbito de um plano de gestão migratória coordenado pela Cruz Vermelha, recorda o jornal espanhol. A organização garantiu que o alojamento é temporário e que, nas semanas seguintes, seria feita uma avaliação individual de cada caso para proceder à redistribuição dos requerentes de asilo.

VIOLADOR EM LIBERDADE

‘FISIOTERAPEUTA’
ACUSADO DE
ATACAR PACIENTE

FONTE FOLHA NACIONAL

O Tribunal da Relação de Lisboa mandou libertar o falso fisioterapeuta de Oeiras que se encontrava em prisão preventiva desde abril, acusado de dois crimes de violação, um de coação sexual e outro de importunação sexual contra uma jovem paciente de 24 anos, revela o Correio da Manhã (CM). O homem, de 49 anos, responde ainda por usurpação de funções, por exercer sem habilitação legal atividades de fisioterapia e osteopatia. Segundo o acórdão, “não existem fortes indícios” de violação e o arguido alegou não ter “percebido oposição” da ofendida.

GUERRA CONTRA O ESTADO

ENERGÉTICAS EXIGEM
DEVOLUÇÃO DE 90
MILHÕES DE EUROS

FONTE FOLHA NACIONAL

As principais empresas de energia em Portugal (EDP, REN e Galp) estão a processar o Estado para tentar recuperar mais de 90 milhões de euros pagos ao abrigo da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE). O imposto, criado em 2014 para financiar o setor energético, tem sido contestado há anos nos tribunais e foi declarado inconstitucional no caso do gás natural. Avança o Jornal Económico, a EDP lidera as impugnações, reclamando 47,7 milhões de euros relativos a 2024, tal como já tinha feito no ano anterior.

APÓS AGRESSÃO A AGENTE

PSP ENTRA EM FORÇA
NA PASTELEIRA E
PINHEIRO TORRES

FONTE FOLHA NACIONAL

A Polícia de Segurança Pública (PSP) lançou, na manhã desta quarta-feira, uma operação de grande envergadura nos bairros Dr. Nuno Pinheiro Torres e Pasteleira, no Porto. Segundo o Jornal de Notícias (JN), o dispositivo, que mobiliza dezenas de agentes de várias unidades, foi desencadeado três dias depois de um polícia ter sido agredido durante uma intervenção e de moradores terem impedido a detenção do agressor. Fontes da PSP confirmaram ao JN que as operações de vigilância e dissuasão vão prolongar-se “por tempo indeterminado”.

MAIS DE 6.000€ MENSAIS

70 EUROS POR DIA ATÉ ENTREGAR DADOS OCULTOS DO SNS

FONTE FOLHA NACIONAL

A paciência dos tribunais também tem limites. O juiz Miguel Crespo, do Tribunal Administrativo de Lisboa, perdeu a tolerância com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e condenou os quatro membros do seu Conselho Diretivo — André Trindade, Carlos Galamba, Sandra Brás e Paula Oliveira — ao pagamento de uma multa diária de 70 euros cada até cumprirem, na íntegra, uma sentença judicial de 2022. A decisão obriga a ACSS a entregar ao jornal PÁGINA UM a base de dados anonimizada dos internamentos hospitalares em Portugal, informação pública há muito sonogada e considerada essencial para o escrutínio do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Trata-se de uma medida rara e inédita na Justiça administrativa portuguesa. O tribunal quis pôr fim a uma desobediência institucional prolongada, que se arrasta há mais de dois anos e já foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo. O juiz considerou provado que os dirigentes da ACSS agiram de forma consciente, sistemática e deliberada para contornar a lei, inventando desculpas e obstáculos burocráticos para impedir o acesso à informação. O caso começou em julho de 2022, quando o PÁGINA UM solicitou, ao abrigo da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), acesso à Base de



© DR

Dados Central dos Grupos de Diagnóstico Homogêneos (GDH) — sistema que regista todos os internamentos hospitalares do país — e à Base de Morbilidade e Mortalidade Hospitalar, removida do Portal da Transparência do SNS por decisão de Victor Herdeiro, então presidente da ACSS e figura próxima da ex-ministra da Saúde Marta Temido. O pedido tinha um propósito claro: permitir uma análise independente

sobre a evolução das doenças, as taxas de internamento e o desempenho dos hospitais públicos, temas que o Ministério da Saúde tem evitado divulgar com transparência. Mas o acesso foi recusado. A ACSS alegou limitações técnicas e proteção de dados, e chegou a afirmar que a anonimização “era impossível”, apesar das três decisões judiciais que contrariaram essa justificação. Ao longo do processo, a ACSS tentou

entregar versões “mutiladas” da base de dados, omitindo informações fundamentais, como o hospital de internamento, a idade dos doentes, o concelho de residência e o desfecho clínico. A manobra foi considerada uma simulação de cumprimento das ordens judiciais. Na nova sentença, o juiz Miguel Crespo foi taxativo: apenas sete variáveis menores — como a freguesia ou as horas de entrada e saída — devem ser anonimizadas. Todas as restantes devem ser disponibilizadas sem restrições. O magistrado frisou ainda que o direito de acesso à informação pública é um pilar do Estado de direito democrático, e que a conduta da ACSS “afeta gravemente o princípio da administração aberta e o direito dos cidadãos à informação”. A multa aplicada tem um caráter pessoal e compulsório, significando que cada dirigente pagará do próprio bolso até cumprir integralmente a sentença. Caso persistam, o valor poderá ultrapassar 2.000 euros por mês por cada membro do Conselho Diretivo.

A decisão cria um precedente histórico na administração pública portuguesa, ao responsabilizar individualmente dirigentes que desrespeitam ordens judiciais. O processo já atravessou três ministros da Saúde — Marta Temido, Manuel Pizarro e Ana Paula Martins — e duas presidências da ACSS — Victor Herdeiro e André Trindade — sem que tenha sido cumprida uma determinação que a Justiça considerou legítima e inequívoca. Mais do que uma disputa jurídica, este caso revela uma crise de cultura democrática dentro da máquina do Estado. A recusa em cumprir decisões transitadas em julgado e em divulgar informação pública é vista como uma ofensa direta à transparência, à responsabilidade e ao serviço público.

Com o bolso agora em causa e a reputação em risco, resta saber se os dirigentes da ACSS manterão a “coragem” de desafiar os tribunais, ou se, pela primeira vez, a Justiça conseguirá romper o muro de silêncio e opacidade que há décadas domina a gestão da saúde pública em Portugal.

IGAS DENUNCIA PAGAMENTOS ILEGAIS EM HOSPITAL PÚBLICO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O dermatologista que ganhou mais de 700 mil euros em cirurgias adicionais no Hospital de Santa Maria recebeu indevidamente incentivos para cirurgias que codificou, algumas oncológicas, concluiu a Inspeção-Geral da Saúde, que enviou o relatório para o Ministério Público.

Segundo as conclusões do relatório divulgadas pela Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, o dermatologista em causa terá marcado inclusive consultas de dermatologia para os seus pais sem que existisse uma referência prévia, elaborado as propostas cirúrgicas e realizado as cirurgias.

PENSÕES MAIS ALTAS JÁ EM 2025. CHEGA PROPÕE AUMENTO DE 1,5%

FONTE FOLHA NACIONAL

O CHEGA considera que o aumento das pensões deve ser um “desígnio histórico” e propõe, no âmbito do Orçamento do Estado para 2026, uma subida de 1,5%, além do que está previsto por lei. O líder do CHEGA apresentou, em conferência de imprensa, algumas das 610 propostas de

alteração ao orçamento para o próximo ano e indicou que esta medida “iria aumentar em cerca de 4% ou 5% os custos da proposta do Governo”. “O que eu espero que aconteça é que haja responsabilidade de todos, porque este deve ser um assunto de desígnio nacional”, disse.

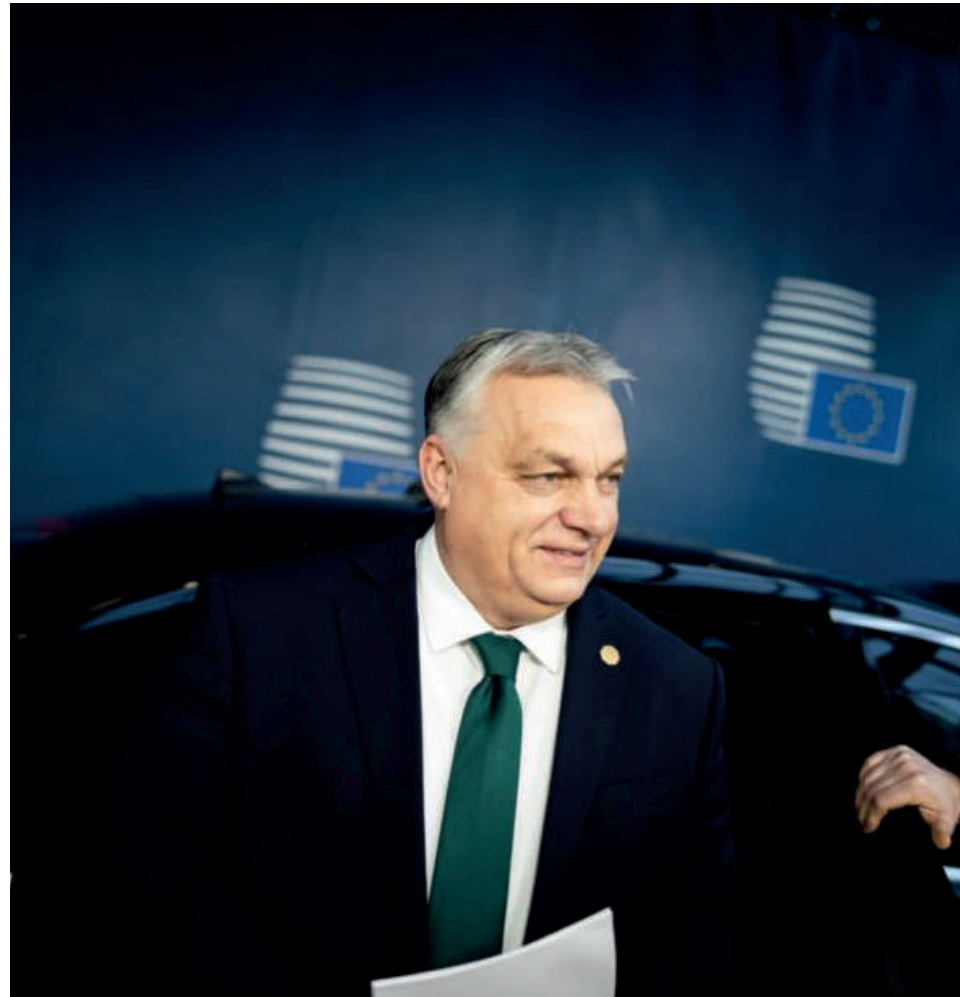
SOBERANIA ACIMA DA SUBSERVIÊNCIA

HUNGRIA PAGA UM MILHÃO POR DIA POR RECUSAR IMIGRANTES

FONTE FOLHA NACIONAL

A Hungria mantém-se em confronto direto com a União Europeia por causa das regras comunitárias sobre asilo e migração. Desde 2024, o Governo de Viktor Orbán paga diariamente uma multa de um milhão de euros, imposta pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), por recusar aplicar as medidas europeias de acolhimento de refugiados e migrantes irregulares.

Longe de ceder, o primeiro-ministro transformou a penalização num símbolo de soberania. “Se tiver de escolher entre pagar a multa ou comprometer a segurança da Hungria, continuarei a pagar”, cita o jornal espanhol La Gaceta, um post publicado nas redes sociais de Orbán, que garante que “os húngaros vêm antes dos imigrantes ilegais”. O caso remonta a dezembro de 2020, quando o TJUE condenou Budapeste por violar o direito europeu nas políticas fronteiriças e nos processos de asilo. Como o Governo húngaro não aplicou as alterações exigidas, o tribunal agravou a sanção em junho de 2024: uma multa inicial de 200 milhões de euros e mais um milhão por cada dia de incumprimento. Face à recusa em mudar a lei, Bruxelas avançou com o bloqueio automático de fundos comunitários destinados à Hungria — decisão que Budapeste classificou como “chantagem política mascarada de justiça”. “É mais económico pagar a multa do que abrir as portas à imigração em massa”, ironizou Orbán, descrevendo a sua posição como uma “rebelião contra a política migratória da União Europeia”. A Hungria tem-se afirmado como bastião europeu contra as quotas obrigatórias de acolhimento de migrantes. Orbán insiste que o sistema de asilo europeu “faliu” e que cada



© FACEBOOK | VIKTOR ORBÁN

Estado deve poder decidir quem entra no seu território. Segundo o jornal espanhol, em 2023, o Governo húngaro criou ainda a Oficina para a Defesa da Soberania Nacional, responsável por investigar a influência estrangeira na política e nos media. Bruxelas reagiu com um novo processo de infração, argumentando que o organismo “restringe a liberdade de associação”. Apesar das críticas, a Hungria é um dos países com menor percentagem de população estrangeira da União Europeia, cerca de 6%, muito abaixo de Estados como a Suécia ou a Bélgica, onde o

valor ultrapassa os 20%.

Orbán justifica a sua política com a necessidade de proteger “a identidade cristã e a estabilidade da Europa”. O primeiro-ministro é hoje um dos rostos centrais do grupo Patriotas pela Europa, que reúne partidos conservadores e nacionalistas em torno da defesa das fronteiras, da família e da soberania nacional.

E em Portugal?

A postura de Orbán tem recolhido elogios por parte de alguns setores políticos. O presidente do CHEGA, André Ventura, considerou o líder húngaro “um

exemplo de firmeza e coragem”, sublinhando que “a Europa precisa de mais líderes que defendam a segurança e a identidade dos seus povos”.

O líder da oposição acrescentou que “Orbán é um exemplo de coragem e patriotismo. Está a fazer o que muitos líderes europeus não têm coragem de fazer: proteger o seu país e o seu povo”. O CHEGA tem mantido uma posição firme contra a imigração ilegal em Portugal, defendendo uma política de fronteiras rigorosa e o reforço das forças de segurança no controlo de entradas irregulares. “O CHEGA não é contra a imigração, é contra o caos”, sublinha Ventura, que reivindica “ordem, segurança e regras” como pilares de uma política migratória “justa, mas firme”.

Com uma postura clara de endurecimento das regras, o partido liderado por André Ventura apresentou-se, recorde-se, como força política determinante para a aprovação da Lei da Nacionalidade que reforça o controlo estatal sobre quem entra, permanece ou adquire nacionalidade em Portugal.

Na reforma da Lei da Nacionalidade, o partido apoiou e impulsionou propostas que elevam o prazo mínimo de residência legal para requerer nacionalidade — sete anos para cidadãos de países de língua portuguesa e dez anos para os de outros países. Igualmente, o CHEGA defendeu a perda de nacionalidade para quem a obteve de forma fraudulenta e a possibilidade de retirada da nacionalidade a naturalizados condenados por crimes graves. O partido justificou estas medidas como essenciais para que “a nacionalidade seja um direito conquistado” e não uma fórmula de acesso automático, reforçando a ideia de soberania nacional e “identidade” dos cidadãos portugueses.

TERRORISTAS EM PORTUGAL: JÁ EXISTEM TRÊS ORGANIZAÇÕES A OPERAR POR CÁ

FONTE LUSA TÍTULO FN

O deputado do CHEGA, Francisco Gomes, afirmou, em audição parlamentar no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2026, que “já existem três organizações terroristas a operar em Portugal”, exigindo explicações ao Governo sobre o alegado funcionamento dessas células

no território nacional. Segundo Francisco Gomes, as organizações identificadas incluem a Jamaat-e-Islami, que, afirmou, “tem como objetivo declaradamente a implantação do Islão em todas as áreas da sociedade” e foi “oficialmente declarada como organização terrorista”.

INQUÉRITO REVELA FALHAS: METADE DOS PORTUGUESES SENTE-SE PERDIDO NO SNS

FONTE FOLHA NACIONAL

A maioria dos portugueses admite não saber exatamente onde se dirigir em caso de necessidade médica, segundo um inquérito divulgado, que revela ainda que metade dos inquiridos tem dificuldades em obter respostas quando contacta o SNS. Segundo o relatório, “apenas 47%

dos portugueses afirmam saber exatamente onde se dirigir em caso de necessidade médica”, o que “evidencia que mais de metade da população ainda enfrenta incertezas quanto aos percursos a adotar dentro do Serviço Nacional de Saúde”.

ÚLTIMAS

PNEUMONIA MATA 16 PESSOAS POR DIA EM PORTUGAL

A pneumonia mata em média 16 pessoas por dia em Portugal, país que tem uma das mais elevadas taxas de mortalidade por pneumonia da Europa, alertou hoje a Sociedade Portuguesa de Pneumologia. A Sociedade Portuguesa de Pneumologia indica que doença é responsável por, “aproximadamente, 4,2% da mortalidade do país” e apresenta uma das taxas de mortalidade mais elevadas da Europa.

QUILO DO NOVILHO CUSTA HOJE MAIS 6 EUROS DO QUE HÁ DOIS ANOS

O preço da carne de novilho não para de subir e já pesa no bolso dos portugueses. Em apenas dois anos, o quilo ficou 5 a 6 euros mais caro, um aumento de quase 100%, impulsionado pela guerra na Ucrânia e pela alta dos cereais que alimentam o gado. Segundo a DECO PROteste, já em janeiro 2022, o preço da carne de vaca disparou 97%, registando a maior subida entre todos os produtos analisados.

VENTURA QUER “DAR PODER EXTRAORDINÁRIO” À POLÍCIA

O candidato presidencial André Ventura afirmou hoje que, se for eleito Presidente da República, admite vir a decretar estados de exceção para “dar poder extraordinário” à polícia e outras autoridades para combater o crime. Ventura alegou que os crimes graves estão a aumentar em Portugal e associou a criminalidade, em particular o tráfico de droga, à imigração ilegal.

INSÓLITO

NÃO ‘VOLVO’ A PASSAR AQUI!

Nem todos os dias se assiste a um estacionamento digno de um filme de comédia, mas foi exatamente isso que aconteceu em Nâves-Parmelan, uma vila nos Alpes franceses, perto da fronteira com a Suíça. Um condutor, confiante nas suas capacidades de manobra, decidiu aventurar-se por uma rua estreita demais para o seu SUV. O resultado? Ficou literalmente entalado entre dois muros, sem espaço para avançar nem recuar. Segundo a polícia local, o “erro de cálculo monumental” obrigou à intervenção de uma grua para libertar o veículo, um Volvo, que ficou suspenso no ar como se fosse um brinquedo esquecido. As imagens do insólito rapidamente se tornaram virais nas redes sociais e arrancaram gargalhadas de milhares de utilizadores. Em tom bem-humorado, as autoridades deixaram um aviso aos condutores mais destemidos: “Antes de entrar nas ruelas da vila, confirme se o carro... cabe lá dentro.”



© FOLHA NACIONAL

ALBUFEIRA NA VANGUARDA DA MUDANÇA
CÂMARA FAZ AUDITORIA ÀS PRÓPRIAS CONTAS

FONTE FOLHA NACIONAL

O novo presidente da Câmara de Albufeira, Rui Cristina, seguindo o seu programa eleitoral das autárquicas de dia 12 de outubro, apresentou na primeira reunião de câmara uma proposta de auditoria financeira e outra legal às contas da autarquia. Segundo o novo presidente da Câmara

do CHEGA, este “é um momento simbólico e cheio de significado”, reforçando que “cumprimos o que prometemos com a aprovação de duas auditorias, uma financeira e outra legal”. Rui Cristina adiantou que “queremos conhecer a realidade e agir com transparência e governar com rigor”, sendo esta uma

das bandeiras do partido desde 2019. “Não viemos contra ninguém, viemos colocar os albufeirenses no centro das decisões. Este é o caminho certo, o da verdade, da responsabilidade e do serviço público”, finalizou o autarca, dizendo que “Albufeira merece isso sempre”.



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM



ONLINE,
OU IMPRESSO

ACOMPANHE AS NOVIDADES

www.folhanacional.pt

CAPTURE O CÓDIGO E FIQUE A PAR DAS NOVIDADES

